

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração	13
----------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	49
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	52
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	53
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	791.080.529
Preferenciais	0
Total	791.080.529
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	1.628.226	1.609.899	1.648.882
1.01	Ativo Circulante	124.637	65.504	58.586
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	18.541	9.658	4.184
1.01.03	Contas a Receber	48.815	21.348	26.437
1.01.03.01	Clientes	48.663	21.304	26.270
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	152	44	167
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.009	2.462	1.143
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.009	2.462	1.143
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.335	1.308	2.232
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	51.937	30.728	24.590
1.01.08.03	Outros	51.937	30.728	24.590
1.01.08.03.01	Títulos e valores mobiliários	51.937	30.728	24.590
1.02	Ativo Não Circulante	1.503.589	1.544.395	1.590.296
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	26.066	29.138	25.366
1.02.01.06	Tributos Diferidos	13.023	14.879	9.838
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	12.993	14.259	15.528
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	50	0	0
1.02.01.09.03	Outros Ativos	50	0	0
1.02.03	Imobilizado	1.466.459	1.503.542	1.552.571
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.457.944	1.494.379	1.539.285
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	8.515	9.163	13.286
1.02.04	Intangível	11.064	11.715	12.359
1.02.04.01	Intangíveis	11.064	11.715	12.359

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	1.628.226	1.609.899	1.648.882
2.01	Passivo Circulante	123.644	103.671	112.571
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	56	56	143
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	56	56	143
2.01.02	Fornecedores	32.852	9.093	15.258
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	32.852	9.093	15.258
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.131	3.919	3.604
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	540	1.320	1.028
2.01.03.01.02	Inss	107	103	133
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	402	1.182	848
2.01.03.01.04	Outros	31	35	47
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2.431	2.447	2.434
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	160	152	142
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	49.150	48.688	45.534
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	46.854	46.682	46.470
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	46.854	46.682	46.470
2.01.04.02	Debêntures	2.296	2.006	-936
2.01.05	Outras Obrigações	2.609	0	0
2.01.05.02	Outros	2.609	0	0
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	2.609	0	0
2.01.06	Provisões	35.846	41.915	48.032
2.01.06.02	Outras Provisões	35.846	41.915	48.032
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	3.780	9.758	10.816
2.01.06.02.04	Uso do bem público	1.416	1.304	1.194
2.01.06.02.05	Provisão para constituição de ativos	27.391	27.984	34.698
2.01.06.02.06	Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	3.156	2.039	1.317
2.01.06.02.07	Credores diversos	103	830	7
2.02	Passivo Não Circulante	662.305	682.609	727.299
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	632.548	661.952	681.214

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	357.869	400.090	441.276
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	357.869	400.090	441.276
2.02.01.02	Debêntures	274.679	261.862	239.938
2.02.02	Outras Obrigações	16.000	7.252	24.752
2.02.02.02	Outros	16.000	7.252	24.752
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	16.000	7.252	24.752
2.02.04	Provisões	13.757	13.405	21.333
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.296	1.591	1.092
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.253	1.591	1.092
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	43	0	0
2.02.04.02	Outras Provisões	12.461	11.814	20.241
2.03	Patrimônio Líquido	842.277	823.619	809.012
2.03.01	Capital Social Realizado	791.081	783.829	759.242
2.03.04	Reservas de Lucros	51.196	39.790	49.770
2.03.04.01	Reserva Legal	4.069	3.369	3.369
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	44.242	20.420	30.400
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	16.001	16.001
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.885	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	192.982	166.834	139.186
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-114.733	-106.094	-100.596
3.02.01	Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	-19.428	-19.398	-19.222
3.02.02	Outros custos operacionais	-7.487	-11.586	-7.881
3.02.03	Depreciação e amortização	-37.216	-37.599	-35.382
3.02.04	Uso do bem público - UBP	-375	-375	-375
3.02.05	Energia elétrica comprada para revenda	-45.474	-32.315	-32.629
3.02.06	Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos - CFURH	-4.753	-4.821	-5.107
3.03	Resultado Bruto	78.249	60.740	38.590
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.265	-4.939	-2.893
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.288	-5.016	-3.182
3.04.02.05	Honorários da diretoria e conselho de administração	0	0	-140
3.04.02.06	Gerais e administrativas	-3.167	-4.274	-2.338
3.04.02.07	Pessoal	-121	-742	-704
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	23	77	289
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	74.984	55.801	35.697
3.06	Resultado Financeiro	-57.691	-70.821	-62.179
3.06.01	Receitas Financeiras	4.859	4.368	2.773
3.06.02	Despesas Financeiras	-62.550	-75.189	-64.952
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	17.293	-15.020	-26.482
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.278	5.040	8.879
3.08.01	Corrente	-1.422	0	0
3.08.02	Diferido	-1.856	5.040	8.879
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	14.015	-9.980	-17.603
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	14.015	-9.980	-17.603
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,01800	-0,01300	-0,02600

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	14.015	-9.980	-17.603
4.03	Resultado Abrangente do Período	14.015	-9.980	-17.603

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	100.174	86.973	45.885
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	115.069	92.716	60.466
6.01.01.01	Lucro/prejuízo do período	14.015	-9.980	-26.482
6.01.01.02	Depreciação e amortização	37.987	38.371	36.116
6.01.01.03	Impostos diferidos	1.856	-5.040	-8.879
6.01.01.04	Baixa de ativo imobilizado	1.295	1.038	1.078
6.01.01.05	Encargos de dívidas	59.307	68.231	58.593
6.01.01.06	Outras variações monetárias líquidas	2.378	3.484	67
6.01.01.07	Descontos financeiros obtidos	-22	-26	-27
6.01.01.08	Atualização monetária - Impostos a recuperar	-60	-27	0
6.01.01.09	Receita de aplicações financeiras	-4.375	-3.335	0
6.01.01.10	Impostos correntes	1.422	0	0
6.01.01.11	Repactuação do risco hidrológico	1.266	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-13.473	-5.743	-14.581
6.01.02.01	Impostos a compensar	-827	-789	-739
6.01.02.03	Despesas pagas antecipadamente	-27	924	-17.481
6.01.02.04	Outros ativos circulantes	-108	123	-71
6.01.02.05	Fornecedores	23.759	-6.165	403
6.01.02.06	Salários e obrigações	0	-87	-1.162
6.01.02.07	Contribuições e impostos a recolher	-788	315	1.227
6.01.02.09	Contas a receber de clientes	-27.359	4.966	46.785
6.01.02.10	Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	916	552	560
6.01.02.12	Provisão para compensação ambiental	-5.978	-4.355	4.800
6.01.02.13	Contingências	-295	499	1.013
6.01.02.14	Outros passivos circulantes	-2.123	959	-6.295
6.01.02.15	Outros Passivos não circulantes	0	-1.431	-1.274
6.01.02.16	Provisão para constituição de ativos	-593	-2.523	-42.347
6.01.02.17	Outros Ativos não circulantes	-50	1.269	0
6.01.03	Outros	-1.422	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social recolhidos	-1.422	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-19.042	-4.247	-35.956
6.02.01	Aplicações em títulos e valores mobiliários	-21.474	-4.796	-24.590
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-1.548	-934	-10.377
6.02.03	Aplicações no intangível	0	-7	-989
6.02.04	Resgate de investimentos de curto prazo	3.980	1.490	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-72.249	-77.252	-34.642
6.03.02	Adiantamento para futuro aumento de capital	16.000	7.087	24.752
6.03.03	Empréstimos tomados	471	0	0
6.03.04	Amortização principal e pagamento de juros de financiamento e debêntures	-88.720	-84.339	-59.394
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	8.883	5.474	-24.713
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.658	4.184	28.897
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	18.541	9.658	4.184

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	783.829	0	67.373	-27.583	0	823.619
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	783.829	0	67.373	-27.583	0	823.619
5.04	Transações de Capital com os Sócios	7.252	0	0	-2.609	0	4.643
5.04.01	Aumentos de Capital	7.252	0	0	0	0	7.252
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-2.609	0	-2.609
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.015	0	14.015
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.015	0	14.015
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-16.177	16.177	0	0
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	700	-700	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva Especial para Incentivos Fiscais	0	0	2.885	-2.885	0	0
5.06.06	Lucro Remanescente a Disposição da Assembléia	0	0	7.821	-7.821	0	0
5.06.07	Absorção de prejuízos acumulados	0	0	-27.583	27.583	0	0
5.07	Saldos Finais	791.081	0	51.196	0	0	842.277

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	759.242	0	67.373	-17.603	0	809.012
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	759.242	0	67.373	-17.603	0	809.012
5.04	Transações de Capital com os Sócios	24.587	0	0	0	0	24.587
5.04.01	Aumentos de Capital	24.587	0	0	0	0	24.587
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-9.980	0	-9.980
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-9.980	0	-9.980
5.05.02.06	Prejuízo do exercício	0	0	0	-9.980	0	-9.980
5.07	Saldos Finais	783.829	0	67.373	-27.583	0	823.619

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	576.082	0	67.373	0	0	643.455
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	576.082	0	67.373	0	0	643.455
5.04	Transações de Capital com os Sócios	183.160	0	0	0	0	183.160
5.04.01	Aumentos de Capital	183.160	0	0	0	0	183.160
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.603	0	-17.603
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-17.603	0	-17.603
5.05.02.06	Prejuízo do exercício	0	0	0	-17.603	0	-17.603
5.07	Saldos Finais	759.242	0	67.373	-17.603	0	809.012

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	219.171	187.941	158.133
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	214.289	183.496	155.071
7.01.02	Outras Receitas	4.882	4.445	3.062
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-77.776	-69.923	-65.989
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-19.428	-19.398	-19.222
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-55.005	-47.423	-44.705
7.02.04	Outros	-3.343	-3.102	-2.062
7.03	Valor Adicionado Bruto	141.395	118.018	92.144
7.04	Retenções	-37.987	-38.371	-36.116
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-37.987	-38.371	-36.116
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	103.408	79.647	56.028
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	103.408	79.647	56.028
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	103.408	79.647	56.028
7.08.01	Pessoal	883	1.317	1.017
7.08.01.01	Remuneração Direta	658	968	608
7.08.01.02	Benefícios	140	254	214
7.08.01.03	F.G.T.S.	85	95	195
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	25.275	12.480	7.469
7.08.02.01	Federais	25.275	12.480	7.469
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	63.235	75.830	65.145
7.08.03.01	Juros	59.307	68.232	59.726
7.08.03.02	Aluguéis	685	641	190
7.08.03.03	Outras	3.243	6.957	5.229
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	14.015	-9.980	-17.603
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	14.015	-9.980	-17.603

Relatório da Administração

Relatório da Administração

Aos acionistas

A Administração da Ferreira Gomes Energia S.A (“Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, compreendendo o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações contábeis do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, e as respectivas notas explicativas às demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

1. Breve histórico da Companhia

A Ferreira Gomes Energia S.A é uma Companhia de capital aberto, constituída em 10 de agosto de 2010.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010.

Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 – MME – UHE Ferreira Gomes, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos (até 09 de novembro de 2045).

A contratação de energia foi efetuada no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assim a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do leilão.

A Ferreira Gomes Energia S.A., cuja sede está localizada na cidade de São Paulo, tem como objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica localizada no rio Araguari e Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, bem como das respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central geradora.

O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:



A Companhia conta com três unidades geradoras de energia, cuja entrada em operação são apresentadas a seguir:

Relatório da Administração

Unidades geradoras	Ínicio da operação comercial	Ínicio da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

2. Governança corporativa

A Ferreira Gomes pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa.

Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por três membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de três anos, admitida a reeleição por igual período.

Diretoria estatutária

A diretoria estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos diretores:

- (i) administrativo financeiro;
- (ii) de relações com investidores, e
- (iii) técnico.

Conselho fiscal

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um conselho fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do conselho fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

Relatório da Administração

3. Desempenho econômico-financeiro

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2017	31/12/2016	Variação %
Receita operacional bruta	214.289	183.496	16,8%
(-) Deduções da receita operacional	(21.307)	(16.662)	27,9%
Receita operacional líquida	192.982	166.834	15,7%
(-) Custos operacionais	(114.733)	(106.094)	8,1%
Lucro bruto	78.249	60.740	28,8%
(-) Despesas/receitas operacionais	(3.265)	(4.939)	-33,9%
(-) Despesas/receitas financeiras	(57.691)	(70.821)	-18,5%
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	17.293	(15.020)	-215,1%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.422)	-	100,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.856)	5.040	-136,8%
Lucro (prejuízo) do exercício	14.015	(9.980)	-240,4%
Ativo total	1.628.226	1.609.899	1,1%
Investimentos	1.477.523	1.515.257	-2,5%

Comentários relevantes

A Companhia registrou Receita Líquida de R\$ 192,9 milhões no exercício de 2017, ante os R\$ 166,8 milhões registrados no exercício de 2016. A variação de 15,7% é justificada pelo reajuste anual do IPCA nos CCEARs e principalmente pelo aumento de comercialização no ambiente livre conforme demonstrado na nota explicativa nº 21 – Receita Operacional Líquida.

Os custos operacionais do exercício de 2017 apresentam variação de 8,1% se comparado ao exercício de 2016, justificada pelo aumento na linha de energia elétrica comprada para revenda. As despesas do exercício de 2017 apresentam variação de -33,9% se comparado ao exercício de 2016, justificada principalmente pela redução na linha de serviços de terceiros. Os custos e despesas operacionais, são demonstrados em nota explicativa nº 22 – Custos e Despesas Operacionais.

O resultado financeiro apresenta variação de -18,5% se comparado ao exercício de 2016, justificada principalmente pela redução na linha de encargo de dívidas e são demonstrados em nota explicativa nº 23 – Resultado Financeiro.

A provisão de imposto de renda e contribuição social correntes estão em linha com o resultado dos exercícios em 31 de dezembro de 2017 e 2016. A Companhia obteve o incentivo fiscal aprovado pela SUDAM em 18 de setembro de 2017 pelo prazo de até 31 de dezembro de 2026, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

Devido ao fato da Ferreira Gomes Energia S.A ser uma “SPE” sociedade de propósito específico, não houveram investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.

Os recursos para implantação, construção e operação da UHE Ferreira Gomes foram provenientes da acionista Alupar Investimentos S.A, bem como de empréstimos e financiamentos captados de terceiros, incluindo a emissão de debêntures.

Relatório da Administração

EBITDA

(Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (prejuízo) do exercício	14.015	(9.980)
(+) Resultado financeiro	57.691	70.821
(+) Depreciação e amortização	37.987	38.371
(+) IR/CS correntes	1.422	-
(+/-) IR/CS diferidos	1.856	(5.040)
(=) EBITDA	112.971	94.172

Endividamento

(Em milhares de reais, exceto índice de endividamento líquido)

	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(49.150)	(48.688)
Não circulante	(632.548)	(661.952)
Dívida total	(681.698)	(710.640)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	70.478	40.386
Dívida líquida	(611.220)	(670.254)
Patrimônio líquido	842.277	823.619
Índice de endividamento líquido	0,73	0,81

4. Capital humano

Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas.

O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e em 31 de dezembro de 2017 a Ferreira Gomes Energia S.A. mantinha em seu quadro 07 colaboradores.

5. Responsabilidade sócioambiental

A Ferreira Gomes Energia S.A tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais e ambientais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua, tais como: ações voltadas ao incentivo cultural, desenvolvimento social e econômico da região.

Relatório da Administração

Abaixo destacamos os principais projetos já encerrados:

Programa de resgate de fauna;
Programa de resgate de ictiofauna e invertebrados aquáticos;
Programa de controle ambiental da obra;
Programa de qualificação de mão de obra e estágio para jovens;
Programa de apoio a projetos esportivos e culturais;
Programa de apoio ao turismo sustentável em Ferreira Gomes;
Programa de apoio aos agricultores familiares e comunidades ribeirinhas;
Programa de monitoramento de vetores e controle da malária;
Programa de indenização de terras e benfeitorias;
Programa de apoio à elaboração de planos diretores de Ferreira Gomes e Porto Grande;
Programa de gestão socioambiental integrada.

Abaixo destacamos os principais projetos em andamento:

Programa de Monitoramento da Qualidade de Água;
Programa de Monitoramento de Macrófitas;
Programa de Monitoramento de Peixes e Invertebrados Aquáticos;
Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico e Meteorológico;
Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;
Programa de Monitoramento Meteorológico;
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA).

6. Auditoria Independente

Em 14 de abril de 2014, a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) celebrou com a Ferreira Gomes Energia S.A., o “Contrato Global para Prestação de Serviços de Auditoria”, durante o período de 03 (três) anos. Em 05 de maio de 2016, a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) celebrou aditivo contratual, prorrogando os serviços pelo período de 02 (dois) anos, que contempla o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 e 2018.

Nesse sentido, para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2017, bem como as informações contábeis intermediárias, foram contratados os seguintes serviços: (i) revisão das informações contábeis intermediárias – ITRs da Companhia, preparadas de acordo com as regras da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e cujas informações financeiras foram preparadas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2017, com a emissão de relatórios de revisão sobre essas informações contábeis intermediárias - ITRs; (ii) Revisão da consistência das informações divulgadas nas Demonstrações Financeiras com aquelas divulgadas no Formulário de Referência; e (iv) Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017, a serem preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) com a emissão de parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Relatório da Administração

Mensagem final

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Contexto operacional

A Ferreira Gomes Energia S.A. (“Ferreira Gomes”, “FGE” ou “Companhia”) foi constituída no dia 10 de agosto de 2010, com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, com potência mínima instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a usina hidrelétrica e a comercialização ou a utilização da energia elétrica produzida.

A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 15º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A acionista controladora da Ferreira Gomes Energia S.A. é a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), com sede em São Paulo.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída e controlada direta pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010.

Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 – MME – UHE Ferreira Gomes, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos a partir da assinatura do respectivo contrato, ou seja, até 09 de novembro de 2045.

A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 12.

A Companhia está em plena operação comercial, porém merece destaque que antecipou a entrada em operação de duas unidades geradoras conforme abaixo:

Unidades geradoras	Ínicio da operação comercial	Ínicio da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

Notas Explicativas

2 Base de preparação e apresentação das Demonstrações contábeis

A autorização para conclusão das demonstrações contábeis da Companhia foi efetuada em Reunião de Diretoria realizada em 08 de março de 2018.

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que representam risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às demonstrações contábeis nos próximos exercícios, divulgadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros; Transações realizadas no mercado de curto prazo (Nota 7); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais (Nota 10); Provisões para contingências (Nota 17).

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

1.1 *Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários*

Caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

1.2 *Contas a receber de clientes*

A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

1.3 *Provisão para créditos de liquidação duvidosa*

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Em 31 de dezembro de 2017 a administração avaliou não ser necessária a constituição de uma provisão para créditos de liquidação duvidosa.

1.4 *Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros*

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

1.5 *Instrumentos financeiros derivativos*

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2017 e 2016, incluindo operações de *hedge*.

Notas Explicativas

3.2 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como mais provável que não que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.3 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, são deduzidos do custo da transação diretamente relacionado. Posteriormente são mantidos ao custo amortizado.

3.4 Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5 Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015. A administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC).

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Notas Explicativas

3.6 Intangível

Software: o ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização.

Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação (LI), a valor presente, e a contrapartida na conta de ativo intangível. O valor do UBP é trazido a valor presente até a data de entrada em operação, atualizado anualmente utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

3.7 Tributação

7.1 *Impostos sobre as vendas*

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60%;

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

7.2 *Imposto de renda e contribuição social - correntes*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A Companhia obteve o incentivo fiscal aprovado pela SUDAM em 18 de setembro de 2017, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração, com início no ano-calendário de 2017 e término em 2021. Durante a vigência do benefício, a Companhia deverá: a) cumprir a legislação trabalhista e social e as normas de proteção e controle do meio-ambiente (art.14, inciso II da Lei nº 6.938/1981 e art. 3º do Decreto nº 94.075/1987); b) apresentar anualmente a declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente a cada exercício; c) observar a proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução.

7.3 *Imposto de renda e contribuição social - diferidos*

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Notas Explicativas

3.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

3.9 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante.

O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

3.10 Reconhecimento da receita

3.10.1 Receita de geração de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita de venda de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, que estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas, ocorre em bases mensais. As receitas referentes às vendas realizadas no são registradas no mês de competência, por meio de uma estimativa contábil do faturamento. A emissão dos documentos fiscais pertinentes a tais vendas dar-se-á até o final da primeira quinzena subsequente ao mês de competência.

3.11 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidas pelo método de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

3.12 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4 Pronunciamentos novos ou revisados

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas

Novos pronunciamentos, modificações de pronunciamentos e interpretações foram emitidas pelo IFRS e/ou CPC, os quais serão efetivos para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018 e não foram adotados na elaboração destas demonstrações contábeis. A Companhia planeja aplicá-los a partir da data de sua vigência. A seguir apresentamos um resumo desses novos documentos:

Notas Explicativas

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

(i) Classificação - Ativos Financeiros

A nova norma determina três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A Companhia identificou que os novos requerimentos de classificação não terão um impacto significativo na contabilização.

(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros

A nova norma substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". A Companhia não identificou impactos relevantes na adoção desta norma em PECLD, bem como na rubrica de Contas a receber de clientes.

(iii) Contabilidade de hedge

A nova norma torna os requisitos para contabilidade de hedge (hedge accounting) menos rigorosos. As novas regras não impactarão a Companhia devido à ausência desta modalidade de instrumento financeiro.

CPC 37 / IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes

Esta norma introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes que enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes e as obrigações de desempenho atreladas, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida.

A principal receita da Companhia é representada pelo fornecimento de energia elétrica através de contratos de venda de energia no ambiente regulado. A receita desses contratos é reconhecida em bases mensais de acordo com a sazonalização da energia acordada com seus clientes. Esses contratos são registrados na CCEE tanto pelo vendedor como pelo comprador, de forma a confirmar a entrega e o recebimento da energia. A obrigação de desempenho é cumprida quando da entrega da energia aos clientes. A Companhia avaliou e não identificou impactos significativos devido a adoção desta norma para reconhecimento da receita.

CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. A Companhia não é arrendatária em contratos de arrendamento mercantil e, portanto, não haverá impactos da adoção do CPC 06 (R2).

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa			
Fundo fixo	-	4	4
Banco conta movimento	-	2.675	6.096
Aplicações financeiras de liquidez imediata	De 0 a 20% do CDI	83	2.165
Certificados de depósitos bancários	De 88,33 a 100% do CDI	15.779	1.393
		18.541	9.658

Notas Explicativas

A aplicação financeira de liquidez imediata refere-se aplicação automática vinculada a conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. Certificados de Depósitos Bancários – CDB são realizados com instituições do mercado financeiro nacional, e possuem liquidez imediata.

6 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2017	31/12/2016
<u>Títulos e valores mobiliários</u>		
BNDES	16.269	20.024
Debêntures	35.668	10.704
	<u>51.937</u>	<u>30.728</u>

Este saldo refere-se a garantia do contrato de debêntures conforme instrumento particular de escritura da 3ª Emissão, que estabelece obrigatoriedade de constituição de reservas para conta O&M, serviço da dívida e, quando necessário, para complementação de ICSD. E, também a garantia do contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1 celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para implantação da UHE Ferreira Gomes Energia S.A., estabelece que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva do BNDES, movimentada exclusivamente para pagamentos decorrentes deste contrato no caso de insuficiência de saldo de recursos na conta centralizadora no período de curto prazo.

Em 15 de março de 2017, a Companhia efetuou o depósito de R\$ 16.524 na conta reserva BNDES de modo a estar adimplente com o cumprimento do Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) do contrato de financiamento do BNDES, conforme determina a cláusula Décima primeira, do item XVI, alínea (ii) do referido contrato.

7 Contas a receber de clientes

O saldo em 31 de dezembro de 2017 é substancialmente constituído pelos valores faturados nos meses de novembro e dezembro, e que serão recebidos em 3 parcelas decendiais a partir dos dias 15, 25 e 05 dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado - CCEAR's.

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
<u>Ativo circulante</u>			
Suprimento de energia elétrica - ambiente regulado		11.998	11.524
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre - partes relacionadas	18.1	19.265	5.293
Suprimento de energia elétrica - mercado de curto prazo/CCEE		17.400	4.487
		<u>48.663</u>	<u>21.304</u>

Notas Explicativas

8 Despesas pagas antecipadamente

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante		
Prêmio de seguros - diversos	68	41
Prêmio de seguros - risco hidrológico	1.267	1.267
	<u>1.335</u>	<u>1.308</u>
Ativo não circulante		
Prêmio de seguros - risco hidrológico	12.993	14.259
	<u>12.993</u>	<u>14.259</u>
	<u>14.328</u>	<u>15.567</u>

Em 28 de dezembro de 2015 a Companhia protocolou na ANEEL o interesse pela repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92. Em 19 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes.

A postergação do pagamento do prêmio de risco para fazer frente aos efeitos de 2015 é de 13 anos e 3 meses a partir de janeiro de 2016 e com início de pagamento de prêmio a partir de 01 de abril de 2029 à CCRBT – Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias e término em 31 de dezembro de 2044 (data de término do suprimento dos CCEARs).

A partir de janeiro de 2016 ocorre mensalmente a amortização linear do prêmio de seguro do risco hidrológico. O registro consistiu na criação de uma despesa antecipada em contrapartida à redução do custo de Energia comprada para revenda no resultado. O saldo do montante repactuado líquido de amortização na data de 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 14.260 segregado entre circulante e não circulante.

9 Tributos e contribuições sociais

Conforme determinações legais, a Companhia efetuou retenções na fonte e antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais. Os saldos destes tributos e contribuições sociais estão assim constituídos:

Notas Explicativas

<u>Ativo circulante</u>	31/12/2017	31/12/2016
<u>Tributos e contribuições sociais a compensar</u>		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	3.559	2049
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	73	73
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	135	134
Imposto sobre Serviços - ISS	102	102
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	4	4
Pis/Cofins/Contr.Social (lei 10.833/2003)	136	100
	<u>4.009</u>	<u>2.462</u>
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u>		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	8	7
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	107	103
Imposto sobre Serviços - ISS	160	152
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.431	2.447
Programa de Integração Social - PIS	71	210
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	331	972
Outros	23	28
	<u>3.131</u>	<u>3.919</u>

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Resultado tributável acumulado
a) Prejuízo fiscais por exercício	
Exercício findo em 2010	(82)
Exercício findo em 2011	(667)
Exercício findo em 2012	(702)
Exercício findo em 2013	(1.523)
Exercício findo em 2014 - lucro presumido	-
Exercício findo em 2015	(25.962)
Exercício findo em 2016	(14.826)
Exercício findo em 2017 - consumo diferido	5.459
	<u>(38.303)</u>

Este saldo foi composto por prejuízos acumulados, cuja recuperabilidade está suportada por projeções aprovadas pela Administração quanto à evolução positiva dos resultados futuros da Companhia, que preveem a realização do IRPJ e CSLL diferidos nos próximos exercícios. Veja mapa da movimentação dos tributos diferidos abaixo:

Notas Explicativas

	Saldo de Tributo Diferido em 2015	Ingresso de Tributo Diferido no Exercício de 2016	Saldo de Tributo Diferido em 31/12/2016	Utilização de Tributo Diferido no Exercício de 2017	Saldo de Tributo Diferido em 31/12/2017
c) Base de cálculo acumulada de Prejuízo Fiscal	(28.936)	(14.826)	(43.762)	5.459	(38.303)
Imposto de renda diferido	7.234	3.707	10.941	1.365	9.576
Contribuição social diferido	2.604	1.334	3.938	491	3.447
	9.838	5.041	14.879	1.856	13.023

11 Imobilizado

As adições registradas no ativo imobilizado desde o período em implantação até o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 representam, substancialmente investimentos em materiais, equipamentos, serviços e os correspondentes encargos sobre empréstimos vinculados à construção, destinados à implantação e finalização da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Os registros contábeis respeitam as instruções, conceitos e normas específicas vinculadas ao serviço outorgado de energia elétrica. O imobilizado está constituído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2017:

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016	Adições	Transferência entre contas do Ativo Imobilizado	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Imobilizado em serviço									
Terrenos	-	16.708	-	-	16.708	-	-	-	16.708
Reservatórios, barragens e adutoras	2,16%	815.620	-	(7.014)	808.606	1	-	-	808.607
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,45%	140.646	-	-	140.646	-	-	-	140.646
Máquinas e equipamentos	2,76%	601.122	-	-	601.122	886	14	-	602.022
Veículos	14,0%	933	10	(527)	416	-	-	-	416
Móveis e utensílios	6,29%	2.426	31	(25)	2.432	14	(14)	-	2.432
Total do imobilizado em serviço		1.577.455	41	(7.566)	1.569.930	901	-	-	1.570.831
(-) Depreciação acumulada									
Reservatórios, barragens e adutoras		(18.923)	(17.468)	-	(36.391)	(17.038)	-	-	(53.429)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(3.734)	(3.444)	-	(7.178)	(3.446)	-	-	(10.624)
Máquinas e equipamentos		(14.797)	(16.590)	-	(31.387)	(16.640)	-	-	(48.027)
Veículos		(553)	(64)	339	(278)	(65)	-	-	(343)
Móveis e utensílios		(163)	(154)	-	(317)	(147)	-	-	(464)
Total da depreciação acumulada		(38.170)	(37.720)	339	(75.551)	(37.336)	-	-	(112.887)
Total do ativo imobilizado em serviço		1.539.285	(37.679)	(7.227)	1.494.379	(36.435)	-	-	1.457.944
Imobilizado em curso									
Reservatórios, barragens e adutoras		-	-	-	-	258	-	-	258
Veículos		933	-	(604)	329	35	-	(175)	189
Máquinas e equipamentos		-	220	(220)	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedor		10.413	(4.192)	-	6.221	30	-	(958)	5.293
Depósitos judiciais		1.940	652	-	2.592	324	-	(141)	2.775
Edificações, obras civis e benfeitorias		-	21	-	21	-	-	(21)	-
Total do ativo imobilizado em curso		13.286	(3.299)	(824)	9.163	647	-	(1.295)	8.515
Total do imobilizado		1.552.571	(40.978)	(8.051)	1.503.542	(35.788)	-	(1.295)	1.466.459

Notas Explicativas

12 Intangível

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 31/12/2015	Adições	Saldo em 31/12/2016	Adições	Saldo em 31/12/2017
Intangível em serviço						
Uso do bem público	3,18%	11.769	-	11.769	-	11.769
Software	20,22%	732	-	732	-	732
Outros intangíveis	13,29%	956	7	963	-	963
Total intangível em serviço		13.457	7	13.464	-	13.464
(-) Amortização acumulada						
Uso do bem público		(437)	(375)	(812)	(375)	(1.187)
Software		(154)	(148)	(302)	(147)	(449)
Outros intangíveis		(507)	(128)	(635)	(129)	(764)
Total amortização		(1.098)	(651)	(1.749)	(651)	(2.400)
Total do intangível		12.359	(644)	11.715	(651)	11.064

Em relação ao “Uso do bem público”, conforme estabelecido no contrato de concessão, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 927, valor original, a partir de 04 de novembro de 2014, data de início da operação comercial da 1ª unidade geradora da UHE, até o 35º ano da concessão (11/2045). A obrigação registrada na contabilidade refere-se ao pagamento total da dívida, montante trazido a valor presente, e atualizado anualmente, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

13 Fornecedores

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST		1.801	1.981
Materiais e serviços		2.256	4.166
Compra de energia - partes relacionadas	18.1	28.795	2.946
Total		32.852	9.093

Notas Explicativas

14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

a. Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

		31/12/2017			31/12/2016		
		Encargos	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas
Moeda nacional - circulante							
BNDES - Subcrédito A	2,34% + TJLP	14.723	700	15.423	14.566	745	15.311
BNDES - Subcrédito B	2,34% + TJLP	5.827	277	6.104	5.765	295	6.060
BNDES - Subcrédito C	2,34% + TJLP	657	32	689	651	33	684
BNDES - Subcrédito D	2,5%	24.706	136	24.842	24.705	162	24.867
BNDES - Subcrédito E	TJLP	35	1	36	-	-	-
3º emissão de debêntures	6,47% + IPCA	2.894	721	3.615	1.105	2.220	3.325
(-) custo de captação - a amortizar		(1.559)	-	(1.559)	(1.559)	-	(1.559)
Total		47.283	1.867	49.150	45.233	3.455	48.688
Moeda nacional - não circulante							
BNDES - Subcrédito A	2,34% + TJLP	181.586	-	181.586	194.213	-	194.213
BNDES - Subcrédito B	2,34% + TJLP	71.870	-	71.870	76.868	-	76.868
BNDES - Subcrédito C	2,34% + TJLP	8.109	-	8.109	8.673	-	8.673
BNDES - Subcrédito D	2,5%	98.819	-	98.819	123.524	-	123.524
BNDES - Subcrédito E	TJLP	433	-	433	-	-	-
3º emissão de debêntures	6,47% + IPCA	286.552	-	286.552	275.054	-	275.054
(-) custo de captação - a amortizar		(14.821)	-	(14.821)	(16.380)	-	(16.380)
Total		632.548	-	632.548	661.952	-	661.952
Total geral		679.831	1.867	681.698	707.185	3.455	710.640

BNDES

Em 28 de dezembro de 2012 a Companhia celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1, no montante de R\$ 470.610. Até 31 de dezembro de 2017 foram liberados R\$ 468.781. O contrato de longo prazo tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma:

- (i) juros 2,34% ao ano + TJLP (referente aos subcréditos A, B e C), sendo que a primeira amortização iniciou-se em 15 de maio de 2015 e a última será em 15 de abril de 2031;
- (ii) juros de 2,50% ao ano (referente ao subcrédito D) cuja a primeira amortização iniciou-se em 15 de maio de 2015 e a última será 15 de dezembro de 2022, e
- (iii) TJLP (referente ao subcrédito E) sendo que a primeira amortização iniciou-se em 15 de dezembro de 2017 e a última será em 15 de abril de 2031.

Notas Explicativas

Os juros incorridos do contrato de financiamento do BNDES foram incorporados ao principal, trimestralmente, nos dias 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano até abril de 2015. Até 30 de abril de 2015 foi incorporado o montante de R\$ 53.610 ao principal da dívida.

- O contrato com o BNDES estabelece apuração anual de cláusulas restritivas, as quais instituem que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, as seguintes condições financeiras: Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo: 1,3 ou 1,2 caso a Companhia tenha emitido debêntures não conversíveis em ações no valor correspondente a no mínimo 50% do valor máximo estabelecido para o respectivo perfil de emissão, e, ainda, enquanto tais debêntures estiverem em circulação.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

As garantias dadas em função do contrato com o BNDES estão abaixo descritas:

- Garantias ofertadas pela Ferreira Gomes:

Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão, compreendendo mas não se limitado a:

- (a) O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, seja ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Ferreira Gomes Energia S.A., incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão;
- (b) Os direitos creditórios da Ferreira Gomes Energia S.A. provenientes dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE) a serem celebrados no ambiente de contratação livre (ACL), e de quaisquer outros contratos supervenientes da comercialização de energia elétrica firmados pela mesma, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Companhia;
- (c) As garantias constantes dos CCEARs, dos CCVEs e de quaisquer outros contratos supervenientes de comercialização de energia elétrica firmados pela Ferreira Gomes Energia S.A.;
- (d) Os direitos creditórios das seguintes contas: Contra Centralizadora, Conta Reserva do BNDES, Conta Reserva de O&M e Conta Seguradora; e
- (e) Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da FGE, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão ou decorrentes da venda de energia elétrica.

- Garantia prestada pela Alupar Investimento S.A.:

Penhor da totalidade de ações de sua propriedade e de emissão da Ferreira Gomes Energia S.A.

Notas Explicativas

3ª emissão de debêntures

Em 15 de junho de 2014 foi efetuada a terceira emissão de R\$ 210.900 debêntures, (210.900 duzentos e dez mil e novecentos debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 1), os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 01 de agosto de 2014. A Alupar é garantidora da Companhia. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias.

Conforme previsto em escritura, os juros remuneratórios foram pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de 2015 a 2017, que compreenderam o período de carência. Durante o período de carência a Companhia desembolsou o montante referente a 55% dos juros remuneratórios provisionados sendo que os outros 45% foram incorporados ao valor principal da dívida., O montante incorporado ao principal foi de R\$ 37.058. Em 15 de dezembro de 2017 ocorreu a liquidação de 100% dos juros remuneratórios provisionados e a primeira amortização do valor nominal unitário atualizado das debêntures. As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2027. De acordo com cláusula V, item 5.8 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de Debentures, não haverá repactuação programada das Debêntures.

As debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”) a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários). Tais cláusulas instituem que a Companhia deverá comprovar:

- Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,15 (um inteiro e quinze centésimos).

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) para a escritura de debêntures.

Notas Explicativas

b. As movimentações de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2016	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização do Principal	Amortização do Encargos	31/12/2017
Moeda nacional						
BNDES - Subcrédito A	209.522	-	18.704	(14.651)	(16.568)	197.007
BNDES - Subcrédito B	82.927	-	7.402	(5.799)	(6.557)	77.973
BNDES - Subcrédito C	9.360	-	836	(654)	(741)	8.801
BNDES - Subcrédito D	148.392	-	3.405	(24.704)	(3.431)	123.662
BNDES - Subcrédito E	-	471	2	(3)	(1)	469
3º emissão de debêntures	278.380	-	27.398	(1.161)	(14.450)	290.167
(-) custo de captação - a amortizar	(17.941)	-	1.560	-	-	(16.381)
Total	710.640	471	59.307	(46.972)	(41.748)	681.698

	31/12/2015	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização do Principal	Amortização do Encargos	31/12/2016
Moeda nacional						
BNDES - Subcrédito A	220.966	-	20.598	(14.462)	(17.577)	209.522
BNDES - Subcrédito B	87.456	-	8.153	(5.724)	(6.958)	82.927
BNDES - Subcrédito C	9.868	-	922	(645)	(787)	9.360
BNDES - Subcrédito D	173.124	-	4.035	(24.705)	(4.063)	148.392
3º emissão de debêntures	254.833	-	32.965	-	(9.418)	278.380
(-) custo de captação - a amortizar	(19.499)	-	1.558	-	-	(17.941)
Total	726.748	-	68.231	(45.536)	(38.803)	710.640

c. Em 31 de dezembro de 2017, as parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos, debêntures, e custo de captação, classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	2019	2020	2021	Após 2021	Total
Principal	68.515	68.625	68.515	441.714	647.369
(-) custo de captação a amortizar	(1.414)	(1.417)	(1.414)	(10.576)	(14.821)
	<u>67.101</u>	<u>67.208</u>	<u>67.101</u>	<u>431.138</u>	<u>632.548</u>

15 Provisão para constituição de ativos

Natureza	31/12/2016	Pagamentos	31/12/2017
Máquinas e equipamentos	10.587	(499)	10.088
Montagem	13.235	-	13.235
Obras civis	4.162	(94)	4.068
Total	27.984	(593)	27.391

Notas Explicativas

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes a sua fase de implantação e reconhecidas contabilmente, para as quais ainda não houve desembolso financeiro. Os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma e, conforme a evolução desses eventos, essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, cuja contrapartida foi registrada no ativo imobilizado em curso, na época.

16 Provisão para gastos ambientais

	31/12/2016	Pagamentos	31/12/2017
Passivo circulante	9.758	(5.978)	3.780
Passivo não circulante	734	-	734
Total	10.492	(5.978)	4.514

A Companhia realiza investimentos em programas socioambientais, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção da UHE e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento da comunidade. O montante reconhecido foi estimado de forma confiável e é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação em 31 de dezembro de 2017. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado em curso, na época.

17 Provisão para contingências

A Administração realiza o cálculo dos valores a serem provisionados, tomando como base os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento da administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que se entende terem perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

(A) Perda provável: Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia possui R\$ 1.296 e R\$ 1.591, respectivamente, de demandas com probabilidade de perda provável, que resumem-se a:

(i) Demandas trabalhistas: 33 processos de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado de R\$ 1.253.

(ii) Demandas cíveis: 01 processo de natureza cível, de valor em risco aproximado de R\$ 23.

(iii) Demanda Administrativa: 01 processo de natureza cível, de valor em risco aproximado de R\$ 20.

Notas Explicativas

(B) Perda possível: Embora os processos classificados com perda possível não sejam provisionados pela Companhia, no exercício findo de 31 de dezembro de 2017 merecem destaques as seguintes demandas:

(i) Demandas Tributárias: Não existem demandas judiciais ou administrativas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

(ii) Demandas Cíveis: Atualmente existem 7 processos de natureza cível, de valor em risco aproximado em R\$ 2.086, com natureza de risco possível de perda. Dentre eles, considera-se como relevantes os processos abaixo relacionados.

Ação Civil Pública nº 00016274120158030006 proposta pelo Ministério Público do Estado do Amapá, na qual requer a indenização em decorrência de supostos danos materiais e morais causados pela Ferreira Gomes Energia S/A ao meio ambiente. Não há valor em risco envolvido.

Ação civil pública nº 00013863320168030006 proposta pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Ferreira Gomes Energia S.A. e outros com objetivo de compelir os réus a promoverem a reparação integral de todos os danos ambientais causados no Município de Ferreira Gomes/AP, assim como adotarem medidas para minimizar os efeitos deletérios relacionados à enchente. O valor em risco não pode ser estimado.

Ação Indenizatória nº 00022561520158030006 proposta por Dolivar Alfredo Furtado Abdon em face da Ferreira Gomes Energia S.A., na qual requer a condenação por supostos prejuízos materiais e morais ocasionados durante a construção do empreendimento. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.210.

(iii) Demandas Trabalhistas: A Companhia possui 31 processos de natureza possível com valor em risco estimado em R\$ 4.678.

(iv) Demandas Arbitrais: Existe um procedimento arbitral com probabilidade de perda possível, a saber;

Procedimento Arbitral nº 21212/ASM, Instaurado pela TSK Energia Desenvolvimento Ltda, em face da Ferreira Gomes Energia S.A. em tramite perante a Corte internacional de Comércio (“ICC” – International Chamber of Arbitration). Trata-se de procedimento arbitral para dirimir controvérsia decorrente de “Contrato de empreitada total e prazo determinado para a execução das montagens dos equipamentos eletromecânicos, hidromecânicos, sistemas e instalações” da UHE Ferreira Gomes. O valor em risco aproximado é de R\$ 40.000.

(v) Demandas Ambientais: Existem 2 Autos de Infração com probabilidade de perda possível, o qual transcrevemos abaixo:

Notas Explicativas

Auto de Infração Ambiental nº 013596, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 20.000. Destacamos que a Companhia firmou Termo de Ajustamento de Conduta no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, será extinto.

Auto de Infração Ambiental nº 014689, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 30.000.

(vi) Demandas Regulatórias: atualmente a Companhia é Parte em 1 processo de ordem regulatória, valendo mencionar o seguinte:

Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 0076295-10.2014.4.01.3400, atualmente a Companhia detém liminar em ação ordinária proposta por Associação de Classe (APINE) contra a União Federal, impedindo a aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. O valor de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado na Companhia, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R\$ 6.196.

18 Partes relacionadas

8.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos em aberto na data-base das demonstrações financeiras provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

Notas Explicativas

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante - partes relacionadas		
Alupar Investimento S/A - Venda de energia - ambiente livre	19.265	5.293
	19.265	5.293
Passivo não circulante - partes relacionadas		
Compra de energia elétrica - Alupar Investimentos S.A.	28.795	2.946
Dividendos - Alupar Investimento S.A.	2.609	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - Alupar Investimentos S.A. (a)	16.000	7.252
	47.404	10.198
Receita - partes relacionadas		
Venda de energia elétrica - Alupar Investimentos S.A.	82.775	59.572
Venda de energia elétrica - Energia dos Ventos S.A. (b)	-	27.628
Venda de energia elétrica - Foz do Rio Claro Energia S.A.	4.621	-
Venda de energia elétrica - Ijuí Energia S.A.	178	-
Venda de energia elétrica - Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	920	-
Venda de energia elétrica - Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	995	-
	89.489	87.200
Custo - partes relacionadas		
Compra de energia elétrica - Alupar Investimentos S.A.	43.163	-
Compra de energia elétrica - Energia dos Ventos S.A. (b)	-	20.300
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A.	36	-
Reembolso de despesas - AF Energia S.A	572	-
	43.771	20.300

- a. A Companhia necessitou de recursos por parte da acionista Alupar Investimento S.A. Até 31 de dezembro de 2016 o montante recebido era de R\$ 7.252. Esse montante foi integralizado durante o exercício de 2017. Em 14 de março de 2017 a Companhia recebeu mais R\$ 16.000 e até o fim do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o montante não havia sido integralizado.
- b. Compra de energia elétrica no exercício de 2016, no montante de R\$ 20.300, refere-se a exposição negativa da Companhia na CCEE devido a necessidade de vender energia elétrica para os parques eólicos Energia dos Ventos, em função da recusa por parte da ANEEL de postergar o início de suprimento dos CCEARs dos parques eólicos Energia dos Ventos S.A. - partes relacionadas. A energia ora comprada foi revendida aos parques eólicos pelo montante de R\$ 27.628.

8.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2017
Alupar	26/12/2012	Conselho de Administração	Financiamento - BNDES - Contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente, Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia, Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M, Conta Seguradora.	28/12/2012	15/04/2031	470.610	407.442
Alupar	13/06/2011	Conselho de Administração	Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem e Supervisão de Comissionamento com a Voith CPS FGO 0115-11	Prestação de Garantias (Fiança)	05/05/2011	30/06/2018	161.000	4.830
Alupar	30/05/2014	Conselho de Administração	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, penhor de ações e cessão fiduciária	15/06/2014	15/12/2027	210.900	290.167
Alupar	04/07/2016	Conselho de Administração	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180220317 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fiança)	12/06/2017	04/07/2018	3.483	13

Notas Explicativas

8.3 Remuneração da alta administração

De acordo o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

Nas Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE da Companhia realizadas em 28 de abril de 2017 e em 18 de abril de 2016, os membros do Conselho de Administração e Diretoria renunciaram a qualquer remuneração. O plano de remuneração é rateado e assumido entre as demais partes relacionadas.

19 Patrimônio líquido

9.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia, conforme AGE de 10 de julho de 2014 é de R\$ 700.000.

Em 13 de fevereiro de 2017 a Companhia aumentou seu capital social, mediante conversão de adiantamento para futuro aumento de capital já aportado em R\$ 1.000 (mediante subscrição de 1.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal), passando o mesmo de R\$ 783.829 para R\$ 784.829.

Em 27 de abril de 2017 a Companhia aumentou novamente seu capital social, mediante conversão de adiantamento para futuro aumento de capital já aportado em R\$ 3.742 (mediante subscrição de 3.742 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal), passando o mesmo de R\$ 784.829 para R\$ 788.571.

Em 25 de maio de 2017 os membros do Conselho de Administração transferem por meio de cessão, 1 (uma) ação ordinária à AF Energia S.A.

Em 17 de julho de 2017 a Companhia aumentou novamente seu capital social, mediante conversão de adiantamento para futuro aumento de capital já aportado em R\$ 2.510 (mediante subscrição de 2.510 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal), passando o mesmo de R\$ 788.571 para R\$ 791.081.

Notas Explicativas

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é a seguinte:

	Quantidades de ações	
	31/12/2017	31/12/2016
Alupar Investimento S.A.	791.080.528	783.828.528
AF Energia S.A.	1	-
Membros do conselho de administração	-	1
	<u>791.080.529</u>	<u>783.828.529</u>

Reserva de Lucros

a. Reserva legal

- 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.

b. Reserva especial para dividendos não distribuídos

- Reserva decorrente dos dividendos mínimos obrigatórios apurados em exercícios anteriores devidos aos acionistas da Companhia.

c. Reserva especial para incentivos fiscais

- Reserva decorrente da SUDAM que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

d. Lucros retidos

- Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	14.015	(9.980)
Reserva legal	(700)	-
Reserva para incentivo fiscal	(2.885)	-
Subtotal	<u>10.430</u>	<u>(9.980)</u>
Dividendo mínimo obrigatório	(2.609)	-
Reserva de lucros retidos	(7.821)	-
Absorção de prejuízo do exercício	-	9.980
Saldo de lucros (prejuízos) dos exercícios	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

20 Resultado por ação

A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis que foram convertidos, opções ou os bônus de subscrição que foram exercidos ou ações emitidas após a satisfação das condições especificadas.

	31/12/2017	31/12/2016
Numerador		
Lucro (prejuízo) do exercício	14.015	(9.980)
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	788.398.902	766.359.219
Resultado básico e diluído por ação ordinária	0,018	(0,013)

21 Receita operacional líquida

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receita Bruta			
Suprimento de energia - ambiente regulado		98.068	93.097
Suprimento de energia - ambiente livre - partes relacionadas	18.1	89.489	87.200
Ajuste positivo CCEE		26.732	3.199
		214.289	183.496
Deduções			
PIS - Programa de integração social		(3.342)	(2.543)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social		(15.396)	(11.715)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento		(1.925)	(1.648)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(644)	(756)
		(21.307)	(16.662)
Receita operacional líquida		192.982	166.834

Notas Explicativas

22 Custos e despesas operacionais

Nota	31/12/2017		31/12/2016	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis				
Encargos de uso da rede elétrica	(19.428)	-	(19.398)	-
Compensação financeira	(4.753)	-	(4.821)	-
Utilização do Bem Público - UBP	(375)	-	(375)	-
	(24.556)	-	(24.749)	-
Custos gerenciáveis				
Doações, contribuições e subvenções	(151)	-	(155)	-
Energia elétrica comprada para revenda	(2.311)	-	(12.015)	-
Energia elétrica comprada para revenda - Partes relacionadas 18.1	(43.163)	-	(20.300)	-
Seguros	(2.407)	-	(2.355)	-
Aluguéis	(136)	(549)	(75)	(566)
Pessoal	(923)	(121)	(832)	(742)
Material	(333)	-	(1.052)	(2)
Serviços de terceiros	(2.266)	(2.179)	(6.299)	(2.934)
Provisão para contingências	(785)	-	(593)	-
Outros custos	(486)	(43)	(225)	(375)
Outras receitas	-	23	-	77
	(52.961)	(2.869)	(43.746)	(4.542)
Depreciação e Amortização	(37.216)	(396)	(37.599)	(397)
	(37.216)	(396)	(37.599)	(397)
Total	(114.733)	(3.265)	(106.094)	(4.939)

23 Resultado financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	4.749	3.875
Juros s/ faturas a receber em atraso	28	440
Outras receitas financeiras	82	53
	4.859	4.368
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(59.307)	(68.231)
Outras despesas financeiras	(3.243)	(6.958)
	(62.550)	(75.189)
Resultado financeiro	(57.691)	(70.821)

Notas Explicativas

24 Imposto de renda e contribuição social

	Acumulado findo em			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	17.293	17.293	(15.020)	(15.020)
(-/+ Adições e/ou exclusões	904	904	196	196
Base de cálculo IRPJ e CSLL	18.197	18.197	(14.824)	(14.824)
Compensação de prejuízo Fiscal 30%	(5.459)	(5.459)	-	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL após compensação	12.738	12.738	(14.824)	(14.824)
IRPJ (15%)	1.911	-	-	-
Alíquota de Adicional IRPJ (Exceder R\$ 240/ano) 10%	1.250	-	-	-
(-) Incentivo Fiscal (SUDAM)	(2.885)	-	-	-
CSLL 9%	-	1.146	-	-
Total dos tributos correntes	275	1.146	-	-
Total dos tributos diferidos	1.365	491	(3.707)	(1.334)
Total do tributos	1.640	1.638	(3.706)	(1.334)
Alíquota efetiva	18,01%		33,55%	

25 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis.

	31/12/2017		31/12/2016		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Equivalentes de caixa	15.862	15.862	3.558	3.558	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	51.937	51.937	30.728	30.728	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	48.663	48.663	21.304	21.304	Nível II	Recebíveis
	116.462	116.462	55.590	55.590		
Passivo						
Fornecedores	32.852	32.852	9.093	9.093	Nível II	Passivo financeiro não mensuração a valor justo
Empréstimos, financiamentos e debêntures	681.698	655.111	710.640	700.144	Nível II	Passivo financeiro não mensuração a valor justo
	714.550	687.963	719.733	709.237		

Notas Explicativas

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, valores mobiliários e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil, assim a divulgação destes permanecem inalterados;
- Empréstimos e financiamentos: BNDES: em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas; e
- 3º emissão de debêntures: Considera-se que os saldos contábeis das debêntures aproximam-se dos seus valores justos.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houveram transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade do caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2017, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 29 de dezembro de 2017, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Indexador	Posição em 31/12/2017	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		3,38%	5,06%	6,75%	8,44%	10,13%
Aplicações financeiras de liquidez imediata (equivalentes de caixa)	CDI 15.862	535	803	1.071	1.338	1.606
Títulos e Valores mobiliários	CDI 51.937	1.753	2.629	3.506	4.382	5.259

Notas Explicativas

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2017 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 29 de dezembro de 2017, foi extraída a projeção dos indexadores IPCA e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2017 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2017 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
3ª emissão de debêntures	IPCA +	6,47%	286.552	1,98%	2,97%	3,96%	4,95%	5,94%
				24.581	27.601	30.622	33.642	36.662
BNDES subcrédito (A, B e C)	TJLP +	2,34%	261.565	3,50%	5,25%	7,00%	8,75%	10,50%
				15.490	20.174	24.859	29.543	34.228

(*) refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

Gestão de riscos

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Notas Explicativas

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco Hidrológico

A combinação dos três fatores (i) baixo nível de armazenamento de energia nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Para mitigar os efeitos em 19 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92.

Risco de Descontratação

Atualmente, todos os recursos da Companhia estão vendidos para o ACR e ACL. A receita de geração estão sujeitas também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pela administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2017, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Notas Explicativas

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	32.218	39	4	45	546	32.852
Demais passivos financeiros com garantia real	-	-	14.251	29.757	-	44.008
Provisão para constituição de ativos	-	27.391	-	-	-	27.391
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12.243	36.907	67.102	201.412	364.034	681.698
Total	44.461	64.337	81.357	231.214	364.580	785.949

Gestão de capital

A estrutura de capital foi determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(49.150)	(48.688)
Não circulante	(632.548)	(661.952)
Dívida total	(681.698)	(710.640)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	70.478	40.386
Dívida líquida	(611.220)	(670.254)
Patrimônio líquido	842.277	823.619
Índice de endividamento líquido	0,73	0,81

26 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições

27 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional	1.523.950	1.884	18/12/2018
Risco de responsabilidade civil geral	300.000	166	18/12/2018
Seguro garantia judicial	1.943	45	04/01/2022
Total	1.825.893	2.095	

28 Informações por segmento

A Companhia é administrada com uma única operação, ou seja que gera um único fluxo de caixa independente e consequentemente tem um único segmento que a Administração da Companhia utiliza para analisar seu desempenho operacional e financeiro. As operações da Companhia são realizadas em território nacional.

29 Eventos Subsequentes

Em 16 de janeiro de 2018 a Companhia aumentou seu capital social, mediante conversão de adiantamento para futuro aumento de capital já aportado em R\$ 16.000 (mediante subscrição de 16.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal), passando o mesmo de R\$ 791.081 para R\$ 807.081.

* * *

Contadora

Patrícia N. S. Ferreira
CRC 1SP237063/O-2

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Diretores da

Ferreira Gomes Energia S.A

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ferreira Gomes Energia S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Ferreira Gomes Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui R\$ 1.466.459 referente a ativo imobilizado apresentado nas demonstrações contábeis. Conforme mencionado nas notas explicativas 3.5 e 11, a Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos. Para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, baseado em determinadas premissas.

Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, julgamento por parte da Companhia para determinação da estimativa contábil e ao impacto que eventual alteração nas premissas poderia trazer para as demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento dos controles internos relacionados à elaboração das projeções do fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pela diretoria. Analisamos a avaliação da administração da Companhia quanto à existência de indicadores de redução ao valor recuperável (ou de sua reversão) em relação aos seus ativos, por meio de análises da conjuntura econômica e do desempenho os ativos no exercício e reuniões com as diretorias operacionais da Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia, especialmente as relativas a taxa de desconto, volume e preço de venda de energia projetado, inflação, aumento de custos e taxas, continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos. Além disso, realizamos discussões com a administração, avaliando, também se as premissas foram definidas e aplicadas de acordo com as características do negócio. Avaliamos a análise de sensibilidade do impacto sobre o valor recuperável resultante de possíveis e razoáveis mudanças nas premissas-chave de preço e projeções de custo operacional usadas pela Companhia. Avaliamos também a adequação das divulgações da Companhia, especificamente em relação às premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo imobilizado.

Baseado nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que os saldos do ativo imobilizado são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico, e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Nada temos a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a diretoria da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à diretoria da Companhia declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a diretoria da Companhia, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo

Contador CRC 1SP160482/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos diretores sobre as demonstrações contábeis

São Paulo, 08 de março de 2018.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Marcelo Patrício Fernandes Costa

Diretor Administrativo Financeiro

Diretor de Relações com Investidores

João Carlos Pelicer

Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos diretores sobre o Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes

São Paulo, 08 de março de 2018.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Marcelo Patrício Fernandes Costa

Diretor Administrativo Financeiro

Diretor de Relações com Investidores

João Carlos Pelicer

Diretor Técnico